

Benchmarking: Prainha do Canto Verde

Ivan Bursztyn, Lucelena da Silva Delamaro, Simone Saviolo e Mauricio Delamaro

Resumo

O IVT visitou a comunidade da Prainha do Canto Verde, no município de Beberibe (CE), a fim de conhecer seus projetos envolvendo uma proposta de "ecoturismo, comunitário sustentável". Seduzida pela história singular dessa comunidade, baseada na luta pela posse de terra, a pesquisadora do Instituto, Simone Saviolo, dedicou seu mestrado ao estudo do caso da região. Sua pesquisa serviu de base para o nosso trabalho. Conheça um pouco desta proposta inovadora de turismo comunitário.

 Instituto
Virtual de
Turismo
www.ivt-rj.net



Laboratório de Tecnologia e
Desenvolvimento Social



Apresentação

É fato recorrente que o turismo "descubra" um novo lugar e nele aporte "encantado" pelo modo de vida das suas comunidades tradicionais, tão díspar da vida acelerada e produtivista da modernidade urbana contemporânea, e pela beleza cênica natural, preservada por não ter sido ainda compulsivamente consumida. Mas à medida em que avança sobre essas mesmas comunidades como um turismo de massa conduzido segundo os imperativos da velocidade das práticas industriais (time is money), termina por sufocar seus modos de vida e pasteurizá-los.

A apresentação da Prainha do Canto Verde, localizada no litoral leste, a 120 km de Fortaleza pela CE-040, com praia aberta e mar calmo de novembro a junho, mais forte de julho a setembro, o calor do sol sempre freqüente amenizado pelo mesmo vento que move as jangadas que trazem lagostas, vermelha e verde (samango), e uma variedade de peixes (cavala, serra, guaiúba, pargo e outros), pescados artesanalmente e servidos nas barracas à beira do mar, poderia servir como um clichê padrão de certos folhetos de marketing turístico. Não é esse o caminho que seguiremos aqui.

O IVT visitou esta comunidade em junho de 2002 e constatou a luta desses nativos que tentam sobreviver em meio ao declínio da atividade pesqueira e pressões especulativas provenientes da ambição de empresários ávidos por ocuparem a região com seus loteamentos e megaprojetos hoteleiros. Desta visita resultou a dissertação de mestrado de Simone Saviolo, pesquisadora do Instituto, que serviu de base para esse estudo. Nosso objetivo, nesse benchmarking, é apresentar um pouco da história dessa comunidade que através da luta pela posse da terra construiu sua identidade e através de sua organização

vem desenvolvendo uma série de projetos que buscam melhorar suas condições de vida.

Dentre esses projetos, destacamos o que trata da promoção de um ecoturismo comunitário sustentável, no qual a comunidade não ocupa apenas a função de uma base consultiva, mas elaborou e implementou o projeto, opera a atividade turística e é responsável por sua gestão. O anseio por assegurar o sentido de comunidade subsidiou a proposta do tipo de turismo que queriam ter e parametriza seu desenvolvimento. A comunidade alicerçou em seus recursos ambientais e seus valores culturais o seu projeto de ecoturismo, em que natureza&cultura estão inextricavelmente entrelaçados.

"A terra é nossa e não abrimos mão dela"

O índice de mortalidade infantil é zero. As crianças estão na escola e o analfabetismo é quase inexistente. Os adultos fazem curso de educação ambiental, aprendem a ler e escrever. Na Prainha do Canto Verde - distrito de Beberibe - é assim. Uma comunidade de 1.100 moradores que sobrevive basicamente da pesca e do dinheiro que os turistas deixam nas barracas e pousadas - todas de propriedade dos moradores.

Mas nem tudo são flores nessa pequena vila de pescadores. No fim dos anos 70, começaram as tentativas de especulação imobiliária na região. Quando o grileiro Antônio Sales Magalhães, um dos maiores especialistas em "aquisição" de terras no litoral cearense, conseguiu regularizar através de uma ação de usucapião na Comarca de Beberibe uma área de quase 750 hectares incluindo a faixa de areia, os moradores da Prainha sentiram pela primeira vez a real possibilidade de perderem o direito de uso de suas terras, ocupada por seus familiares desde 1860.

Embora a área usucapiada faça parte de um terreno da União Federal (terra da marinha) e que obrigatoriamente a referida ação seria de competência da Justiça Federal, o juiz da Comarca de Beberibe não hesitou em dar ganho de causa ao grileiro, gerando muita inquietação entre a comunidade. Com a documentação regularizada, Antônio Sales vendeu as terras para a imobiliária de Henrique Jorge.

Os moradores foram buscar apoio junto ao Centro de Defesa dos Direitos Humanos (CDPDH), fundado pelo Cardeal Aloísio Lorscheider na Arquidiocese de Fortaleza, que assumiu a defesa da comunidade. Como parte do trabalho de fortalecimento da comunidade, a Arquidiocese organizou o XIII Seminário Rural na localidade dando uma nova dimensão política às reivindicações. Alguns anos depois foi criada a Associação dos Moradores da Prainha do Canto Verde, também com o apoio do CDPDH.

Em 1991, começa o projeto de desenvolvimento comunitário com o apoio da Fundação Amigos da Prainha do Canto Verde, formada por algumas empresas e ONG's nacionais e estrangeiras.

Com o passar dos anos, a comunidade foi se fortalecendo e os grileiros e especuladores foram vendo seus projetos de loteamento e ocupação da área ficarem parados na burocracia do judiciário. Foi então que começou a intimidação através da violência. Em novembro de 1992, cerca de 15 capangas armados chegaram no meio da noite e destruíram os alicerces da creche que a comunidade estava construindo com a ajuda da Fundação Amigos da Prainha. Os moradores encontraram grandes dificuldades na apuração dos fatos por parte da Polícia Civil de Beberibe uma vez que não houve mortes. Embora os moradores conhecessem os líderes dos capangas, o inquérito policial acabou não punindo

nenhum dos responsáveis. Após o episódio, foi fácil encontrar os vigias pagos pela imobiliária de Henrique Jorge fazendo rondas pela vila, ameaçando os moradores que pretendessem construir suas casas de alvenaria.

O reconhecimento da Delegacia do Patrimônio da União (DPU) do direito de um pescador de construir a sua casa de alvenaria a 60 metros da praia, declarando que considerava esta área presumivelmente como terra da União, deu mais ânimo e esperança à comunidade, porque refutava o direito que a imobiliária Henrique Jorge S.A. declarava ter sobre a área em litígio.

Povos do Mar

Em paralelo ao problema fundiário, a comunidade da prainha do Canto Verde vem enfrentando uma forte crise na pesca da lagosta. Nos últimos dez anos, essa atividade rendeu ao Estado do Ceará cerca de US\$ 386 milhões. O crustáceo já ocupou o primeiro lugar no ranking das exportações cearenses mas, devido principalmente à pesca predatória, a produção está em queda - caiu 32% no período de 1991/1999. Do total de 2.235 embarcações pescando lagosta no Ceará, 1.357 ainda são movidas pelos ventos e respondem por cerca de 83% dos empregos gerados pelo setor pesqueiro. Uma simples jangada tem capacidade de gerar 5 empregos diretos.

A realidade encontrada em todo o litoral cearense nada tem a ver com a imagem bucólica de uma frágil jangada singrando os mares, impulsionada pelo vento que sopra a branca vela içada, conduzindo um bravo homem do povo que retira seu sustento do ambiente de forma sustentável. Alguns de seus elementos são listados a seguir: uma lida árdua, que provoca em pescadores ainda jovens doenças como

câncer de pele, problemas de coluna, hipertensão e glaucoma; grande parte dos pescadores não tem vínculos empregatícios formais, sua remuneração é feita com a divisão do que foi pescado em cada viagem, reservada a parte do proprietário da embarcação; os atravessadores pagam valores baixos pelo pescado e enganam os pescadores no peso, no tamanho e na matemática, aproveitando-se do analfabetismo da maioria; o confronto entre a pesca artesanal, feita por meio de jangadas, e a pesca praticada em barcos motorizados, com mergulhadores que utilizam compressor e rede¹; a falta de fiscalização; o desrespeito ao defeso; a pesca de lagosta abaixo do tamanho e peso permitidos; políticas governamentais estadual e federal para o setor que não dão atenção à pesca artesanal e estão mais atentas à indústria pesqueira exportadora.

Para protestar contra essa situação que coloca em risco as tradições e a própria existência da comunidade, um grupo de quatro pescadores embarcou em uma aventura com muita coragem e fé. A viagem da Prainha do Canto Verde ao Rio de Janeiro levou 74 dias e ganhou o nome de S.O.S. Sobrevivência, em referência ao protesto de 1941 em que um grupo de pescadores, liderados por "Jacaré", percorreu as 1.480 milhas entre Fortaleza e o Rio de Janeiro para entregar ao então presidente Getúlio Vargas uma carta onde denunciavam a miséria dos povos do mar no litoral cearense.

Ao longo do trajeto, a tripulação parou em 20 portos, onde se reuniu com pescadores e foi entrevistada pela imprensa, divulgando sua causa: era preciso fazer alguma coisa, porque se não, as comunidades do litoral iam acabar. Foi criado o Instituto Terramar², uma ONG sem fins lucrativos, fundado por engenheiros de pesca, acadêmicos do Labomar (Instituto

de Ciências do Mar da Universidade Federal do Ceará) e voluntários da campanha "S.O.S. Sobrevivência".

O reconhecimento, por parte dos órgãos do governo, dos pescadores artesanais como atores sociais e como parceiros nas políticas para o setor pesqueiro parecia iniciar-se no 2º aniversário da "S.O.S. Sobrevivência", em 1995, quando 500 pescadores e mulheres, acompanhados do Superintendente do Ibama, entregaram ao representante do então governador Tasso Jereissati a "Carta da Prainha do Canto Verde". Como resultado, foi criado o Comitê de Pesca do Estado do Ceará (Compesce), que, logo depois, apresentou o primeiro Plano de Ordenamento para a Pesca da Lagosta do Ceará (POPL). No governo seguinte, porém, o Comitê foi ignorado. Tampouco avançou a parceria com o IBAMA no projeto de autofiscalização. Um barco foi comprado e seriam montados tribunais de praia, um deles na Prainha do Canto Verde. Os primeiros resultados foram positivos, contudo, o IBAMA desmantelava-se administrativamente na época.

A descontinuidade e a lentidão na implementação de planos governamentais e a conclusão de que era preciso encontrar um caminho para influir nas políticas públicas motivaram a criação do Curso de Formação para Lideranças do Litoral Cearense, uma das ações desenvolvidas pelo Instituto Terramar em seu projeto de Organização do Programa de Políticas Públicas e Organização. A outra ação é o Fórum de Pescadores.

Curso de Formação para Lideranças do Litoral Cearense

O Conselho Pastoral dos Pescadores-CE e a Cooperativa Interdisciplinar de Pesquisa e Assessoria Técnica também participaram da promoção do Curso, que teve o apoio da Fundação Avina, da

¹ A pesca de mergulho com compressor é proibida por portaria do Ibama. Embora seja a forma menos seletiva e mais destrutiva de se pescar lagosta, é a mais econômica, o que motiva a proibição ser burlada.

² Sua missão é promover, organizar e incentivar o desenvolvimento integrado (social, econômico, tecnológico, ambiental, político e cultural) junto às populações costeiras cearenses, procurando a melhoria da sua qualidade de vida e o fortalecimento de sua autonomia. As ações desenvolvidas, atualmente, pelo Instituto Terramar estão vinculadas aos seus 5 programas: Desenvolvimento Institucional/ Organizacional; Educação, Cultura e Cidadania; Gênero, Saúde e Cidadania; Desenvolvimento e Tecnologia; Políticas Públicas e Organização.

Cooperativa Migros da Suíça e das Associações de Moradores e da dos Amigos da Prainha do Canto Verde.

Este curso, que desde sua criação em 1999 até 2001 capacitou 90 pessoas, tem por objetivo constituir nas comunidades litorâneas um movimento social e político autônomo e atuante na perspectiva do desenvolvimento sustentável. Tem o propósito de despertar a consciência crítica dos participantes para conhecer e refletir sobre sua realidade e modificá-la efetivamente. O conteúdo do Curso aborda formas de organização e articulação (associativismo e cooperativismo), aspectos naturais e sociais da preservação do ambiente litorâneo (principalmente em relação à pesca), conceitos e elementos de gestão e metodologias de administração e gerência de unidades produtivas. Construindo um conhecimento combinado do saber científico com o saber popular para a orientação da utilização sustentável dos recursos territoriais (legislação, tecnologias e turismo).

Jovens, pescadores, líderes comunitários e professores são o público-alvo do Curso, que acontece na Prainha do Canto Verde, mas envolve 26 localidades em 14 municípios. A seleção do participante de uma localidade cabe a sua Associação de Moradores. Pretende-se que a capacitação em liderança dessas pessoas contribua para o processo de organização de suas comunidades, que, uma vez organizadas e associadas, possam participar ativamente das políticas públicas governamentais, por exemplo, nos planos de Gerenciamento Costeiro e de Ordenamento da Pesca. A Associação dos Municípios do Litoral Leste, com o apoio das Prefeituras, elaborou um Plano Regional de Ordenamento e Desenvolvimento da Pesca e Aqüicultura.

A proposta de turismo comunitário

Conhecer a experiência com o turismo de comunidades próximas, mais do que servir de subsídio para uma decisão técnica, foi elemento de base no empenho da comunidade da Prainha do Canto Verde por uma atitude afirmativa de sua identidade e dos valores que lhe são caros. Na época em que o Grupo de Turismo realizou tal pesquisa, a comunidade vivia um momento de mobilização política em defesa de seu direito à terra, manifesta em confrontos diretos contra a 'grilagem' empresarial, e reivindicava a inclusão da pesca artesanal nas políticas pesqueiras. Era um momento muito oportuno para se abrir a discussão sobre um projeto de turismo que lhe fosse adequado.

Praia das Fontes, Canoa Quebrada e Parajuru foram as praias visitadas. Lá se perguntou aos moradores nativos como viam as coisas negativas e positivas do turismo - se tinha contribuído ou não para elevar o nível de renda e oportunidades de ocupação e emprego, se tinha contribuído ou não positivamente para a inclusão social, como tinha afetado a questão da criminalidade, das drogas. Parajuru é um caso típico de turismo de veraneio e de segunda residência, com pico de visitantes nos finais de semana e feriados. Em Canoa Quebrada, podem ser observados, exemplarmente, os efeitos do turismo de massa e da exclusão econômica e social dos nativos, que foram gradativamente vendendo seus pedaços de terra, até chegarmos à situação atual, onde estrangeiros e forasteiros são donos da maioria das pousadas e barracas, e os nativos lhes servem de caseiros e garçons. Canoa é um dos principais destinos nacional e internacional da indústria turística cearense. E a Praia das Fontes era um bom caso para se observar que conseqüências podem ter as políticas governamentais de

desenvolvimento do turismo, preocupadas em atrair grandes empreendimentos turísticos, sob a forma de investimentos externos que se traduzem em aporte de divisas.

Foi fundamental para a comunidade da Prainha do Canto Verde, primeiramente, ter a oportunidade de dizer que "este turismo nós não queremos!": um turismo que transformaria seu território num local de exploração turística (casas de veraneio, hotéis, resorts, parques aquáticos etc) em função da especulação imobiliária, que expulsaria os nativos; um turismo depreciativo das comunidades (subemprego, insegurança, prostituição, drogas) e que acabaria degenerando sua identidade. Para, depois disso, expressar propositivamente a definição de qual "o turismo que queremos".

Este processo foi amadurecido, durante um longo período (quatro anos, com lapsos), em debates promovidos pela Associação dos Moradores até a realização, em 1998, do I Seminário de Ecoturismo Comunitário, no qual os moradores junto com representantes do Instituto Terramar, do Conselho Pastoral dos Pescadores, das secretarias de Meio Ambiente (Semace), de Turismo (Setur) e de Ação Social do Estado, da Escola Bom Jesus dos Navegantes e o Prefeito de Beberibe elaboraram as estratégias desejadas de desenvolvimento do turismo. As ações decorrentes constituíram um projeto de turismo socialmente responsável, desenvolvido e organizado pela própria comunidade da Prainha do Canto Verde, cujos aspectos constitutivos e atuais são a seguir apresentados:

Dimensão social

A pesca é a atividade principal da comunidade, o turismo, uma atividade complementar. Desde as primeiras discussões sobre de qual modo o turismo deveria ser desenvolvido isso foi ressaltado. A

comunidade tem, para a maioria de seus 1.100 habitantes, a pesca (e atividades a ela relacionadas) como a principal fonte de ocupação e renda e é objetivo primordial da comunidade preservar a pesca como um alicerce do seu modo de vida.

As atividades locais relativas ao turismo são todas exercidas pelos moradores. O turismo é organizado na forma de uma cooperativa e quem trabalha nestas atividades deve ser cadastrado como prestador de serviço turístico na COOPECANTUR (Cooperativa de Turismo e Artesanato), pagando uma taxa anual de acordo com o tipo de serviço. Hoje, a cooperativa conta com 40 pessoas cadastradas. Estes serviços e a disponibilização dos seus equipamentos turísticos (pousada, quarto de hospedagem domiciliar, barraca, restaurante, transporte, embarcação) são prestados individualmente ou organizados em grupos de 6 a 12 pessoas (artesanato, cozinheiras/banqueteira e merendeiras)³. A renda gerada pelo turismo é apropriada pelos próprios moradores e aumenta o movimento no pequeno comércio da localidade (padaria, mercearia, material de construção etc).

Todos os cooperados e demais membros do Conselho de Turismo participaram de vários cursos de capacitação com prioridade para associativismo, cooperativismo, cálculo de custos e qualidade no atendimento ao visitante, bem como de seminários para melhorar a convivência. Foram oferecidos cursos profissionalizantes para os prestadores de serviço e artesãos. Quem quiser ingressar na cooperativa tem que freqüentar os cursos de capacitação em associativismo e cooperativismo.

Entendendo que os cooperados do turismo estariam em posição privilegiada no

³ O grupo das cozinheiras paga apenas uma comissão à cooperativa, ficando com o lucro do serviço. O grupo das merendeiras atende grupos de reuniões, seminários e cursos, ficando responsável pela sala de reuniões e serviço de lanches. Entre as cozinheiras e entre as merendeiras há revezamento para que todas participem.

interior da comunidade, a Cooperativa de Turismo gerou e alimenta, com parte de seus recursos, o Fundo Social e Educacional, a fim de que os moradores que não trabalham diretamente no turismo também se beneficiem de seus resultados. Cerca de 15 a 20% do saldo anual da Cooperativa, somados a contribuições voluntárias dos visitantes, compõem o Fundo, cujos recursos podem financiar cursos de capacitação para as crianças da escola⁴, além de banheiros, reformas de moradias, assistência para casos de acidentes etc. Os beneficiados devem, em contrapartida, prestar serviços comunitários. E a destinação dos recursos é definida pelo Conselho em assembléia.

O conhecimento do que se passou em processos análogos, ocorridos em outras comunidades vizinhas, sinalizou para a comunidade da Prainha do Canto Verde⁵ a importância da capacitação e da educação, para evitar que os nativos terminem, com o aprofundamento da turistificação, servindo apenas aos forasteiros como prestadores dos serviços menos qualificados. Em 1992, portanto antes mesmo de implantado o projeto de turismo, a Associação dos Amigos da Prainha do Canto Verde financiou um projeto que concedeu bolsa-auxílio a 15 jovens da comunidade para que pudessem concluir o 2º grau em Fortaleza. Desse grupo saíram alguns dos atuais diretores da Cooperativa e das lideranças da comunidade⁶. Também merece menção o projeto "Criança Construindo", que visava melhorar a educação a partir da participação ativa de professores, pais e estudantes e da pedagogia do construtivismo, que teve início em 1996 e conseguiu reduzir as taxas de repetição e de evasão escolar, tendo recebido o prêmio "Criança 1997" da Fundação Abrinq, que financiou o projeto até 1997⁷. A saúde também recebeu atenção das ações comunitárias antes do

turismo. Com seu projeto de Saúde Ambiental, a Associação dos Moradores investiu no combate a mortalidade infantil, desnutrição e planejamento familiar, conseguindo zerar a mortalidade infantil⁸. Mais de 30 pessoas, entre membros do Conselho, professores e alunos da 5a a 8a série, já participaram de curso de inglês básico e 12 estão freqüentando cursos avançados. São também realizadas oficinas de conscientização sobre drogas, doenças sexualmente transmissíveis (DST/ Aids) e sexualidade.

Dimensão econômica

A necessidade de acomodar os técnicos dos projetos na área de pesca e educação gerou a estrutura de hospedagem inicial do projeto de turismo. Havia 2 quartos no Centro Comunitário e as famílias alugavam quartos em suas casas. Também se fazia presente um afluxo de visitantes para conhecer a Prainha, motivados pela divulgação na mídia de seus projetos e manifestações de protesto, com destaque para o SOS Sobrevivência. Isso já proporcionava uma pequena renda a moradores, que começavam a construir quartos: o fato é que o turismo já despontava como uma realidade próxima. Faltava, porém, uma estrutura de serviços gerais e uma estratégia para seu desenvolvimento, daí a importância da realização do "Seminário de Ecoturismo Comunitário" em 1998.

Procurando evitar que predominasse a tendência de um turismo de segunda residência, como visto em Parajuru, com seus típicos efeitos da sazonalidade, o Conselho de Turismo inicialmente decidiu investir no público de eventos e cursos. Para isso, foi preciso investir na construção e aproveitamento de espaços e na capacitação de pessoas em atividades de realização e apoio de eventos (secretariado,

4 Na oficina de brinquedos (Brinquedoteca), as crianças aprendem a fazer brinquedos com materiais da região

5 Hoje a Associação é uma Fundação.

6 "Eu sabia que se não conseguisse capacitar os jovens a coisa não ia para frente. Porque na época só tinha um jovem com segundo grau aqui na comunidade, que depois foi ser motorista." (DEPOIMENTO - Renné Schärer)

7 O primeiro ano foi financiado pela então Associação dos Amigos da Prainha do Canto Verde, hoje Fundação.

8 "...antes morriam muitas crianças de infecção intestinal, porque as mães não amamentavam, elas diziam que não davam de mamar porque não tinham uma alimentação adequada. (...) o apoio da associação que dava uma bolsa de alimentos de 15 em 15 dias para as mães foi um incentivo ao aleitamento materno. (...) foi uma coisa que ficou marcada pois morria muita criança na Prainha. Mesmo depois que acabou o projeto as mães continuam dando de mamar. (DEPOIMENTO - D. Mirtes)

merendeiras, cozinheiras). Hoje, a comunidade da Prainha do Canto Verde pode receber seminários ou cursos para 60 pessoas. E, para isso, pode disponibilizar equipamentos (aparelhos de TV e videocassete, retroprojetor, cavalete, painéis exibitor, quadros brancos, projetores de slides, computador e impressora), concorrendo como uma opção bastante viável e atrativa (inclusive com respeito ao fator relação preço/qualidade).

Para ampliar a capacidade inicial de hospedagem, de modo a atingir a atual (40 a 45 pessoas) e montar uma adequada estrutura de serviços gerais, foi constituído um fundo para financiar pequenos projetos de investimento - Fundo Rotativo para Pequenos Empréstimos. O fundo é administrado pela Cooperativa de Turismo e Artesanato e conta com um capital de R\$ 6.000,00 disponível para pequenos empréstimos de R\$ 800,00, tanto aos seus membros como aos recém-ingressos que pretendem iniciar o negócio. Os projetos são analisados pela diretoria quanto a sua viabilidade econômica e os empreendedores recebem capacitação e acompanhamento.

De 1998 até Julho de 2001 foram concedidos 10 empréstimos para aquisição de freezer, fábrica de picolé, reparo de bugre, reformas e construções nas casas comunitárias, pousadas, quartos de hospedagem domiciliar etc. Não há inadimplência. O Fundo é recomposto com os pagamentos e fica disponível para novos projetos⁹.

A capacidade de pagamento dos empréstimos e a ampliação dos negócios sinalizam que os empreendedores estão satisfeitos com os resultados obtidos e têm expectativa positiva quanto ao crescimento. Exemplo: a pousada Sol e Mar, que possui 7 quartos, está construindo mais 4

quartos e D. Mirtes, que iniciou com 1 quarto, com a renda obtida, ampliou sua capacidade e oferece atualmente 3 quartos. Deve-se ressaltar que, com raras exceções, o turismo não é a principal fonte de renda dos membros da comunidade. Isso pode ajudar a explicar que não predomine nem o endividamento nem a premência em se realizar um retorno financeiro rápido.

No ano de 2001, a Cooperativa verificou um aumento maior no número de turistas individuais e menor de turistas de eventos, seminários ou cursos. Houve uma diminuição do tempo médio de permanência. O que pode ser explicado pela repercussão do projeto de ecoturismo comunitário da Prainha do Canto Verde, premiado internacionalmente e motivo de diversas matérias jornalísticas (TV, impressa, revista de bordo). Daí resultou que para lá fosse atraída a atenção de adeptos e estudiosos do turismo sustentável (de diversas origens no Brasil e no exterior) bem como de autoridades públicas, tanto de Fortaleza como de Brasília. Os novos visitantes ficam tipicamente poucos dias deslocando-se para fazer observações comparativas.

São os seguintes os serviços turísticos atualmente ofertados aos turistas e visitantes pela Cooperativa através de seus credenciados: 6 estabelecimentos de hospedagem (pousadas, casa p/ aluguel e quartos domiciliares); 5 restaurantes/barracas; aluguel de salas para seminários ou cursos; serviços de transporte; excursões de bugre a outras praias; passeios de jangada ou de catamarã, e caminhadas e trilhas acompanhadas por guias nativos.

Ano	Pernoites	Visitantes	Permanência. média
1999	1437	506	2,7
2000	2097	518	4,1
2001	2844	1010	2,7

Há quem preste serviço ao turista e não seja credenciado à Cooperativa, mas são muito poucos esses casos. Segundo o

⁹ O Fundo Rotativo foi constituído inicialmente por uma doação no valor de R\$ 6.000,00 feita pela então Associação de Amigos da Prainha do Canto Verde, que hoje é uma Fundação.

Coordenador da Cooperativa, Antônio Ayres, quem, em geral, recebe os turistas, quando eles chegam, são informados do funcionamento do turismo comunitário e dos estabelecimentos dos cooperados, que são apenas indicados, pois a decisão cabe ao turista.

A Cooperativa estima que o turista consoma R\$ 34,00 por dia, a partir deste valor, calcula que o turismo gerou, nos três primeiros anos (1999-2001), receitas de, aproximadamente: R\$ 48 mil; R\$ 71 mil e R\$ 97 mil, respectivamente, tendo havido um aumento de 48%, de 1999 a 2000, e de 37%, de 2000 a 2001. Os gastos da Cooperativa (salário do Coordenador, propaganda e divulgação etc) são financiados com as taxas dos cooperados, comissões sobre as prestações de serviço agenciados e os lucros das vendas dos pacotes turísticos. Os ganhos monetários alimentam o Fundo Social e de Educação (15 a 20%) e um Fundo de Reserva.

A Associação dos Moradores possui a pousada comunitária com 3 quartos e uma casa. Ambas ficam a cargo da Cooperativa, que lhe paga uma taxa de concessão, bem como o aluguel da Loja de Artesanato e do Centro Comunitário. A venda de produtos (cartão postal, camisetas etc.) na Loja de Artesanato também lhe gera renda. E a Escola Bom Jesus dos Navegantes recebe aluguel pelo uso de salas de conferência, do refeitório e do uso de computador em eventos, seminários ou cursos.

A capacidade de planejamento é facilitada com a gestão centralizada na Cooperativa e a possibilidade de gerar uma consistente base de dados, pertinente às atividades turísticas. As atividades de divulgação e contato desenvolvidas pela Cooperativa, agenciadora dos serviços turísticos, são fundamentais para a atração e acolhida dos visitantes. É possível efetivar um acompanhamento sistemático das práticas turísticas e investir, quando

necessário, na ampliação da oferta, de modo a acompanhar o crescimento da demanda, bem como contingenciar tal crescimento, de modo a evitar que seja ultrapassado o limite desejado para que a capacidade de suporte possa ser ainda compatível com efeitos comunitários benéficos. O que se pretende é um turismo de pequena escala, com um fluxo turístico adequado e constante, e com uma oferta de serviços turísticos que lhe seja proporcional.

O projeto de ecoturismo comunitário da Prainha do Canto Verde foi o vencedor de 1999 do prêmio TO DO! concedido pela ONG alemã *Studienkreis für Tourism und Entwicklung*¹⁰ a projetos de turismo socialmente responsável e, junto com Silves (AM), são as experiências brasileiras, dentre centenas de várias partes do mundo, que figuram no livro *The Community Tourism Guide 2000*, elaborado pela organização *Tourism Concern*.

Esses prêmios evidenciam o êxito do empreendimento e recompensam o esforço da comunidade. Mas permanecer como um caso de sucesso não é tarefa simples. Exige uma gestão complexa, flexível e segura¹¹. Um dos objetivos do Curso de Formação para Liderança é capacitar pessoas da comunidade para a gestão democrática e participativa e, neste sentido, todos os membros do Conselho de Turismo têm de fazer os módulos que tratam de associativismo, cooperativismo e gestão.

Dimensão ambiental

A Prainha do Canto Verde tem uma população jovem¹². Há uma tendência de melhora no rendimento da pesca e que, aliada a fatores culturais, levariam as famílias a terem muitos filhos, implicando pressão sobre o meio ambiente devido ao crescimento populacional além da capacidade de suporte. O planejamento familiar foi um dos itens abordados pelo

10 Grupo de Estudos em Turismo e Desenvolvimento (<http://www.studienkreis.org>) Alguns dos critérios de julgamento dos projetos: participação da população local no planejamento, desenvolvimento e a execução do projeto, e considerando-se os interesses e as necessidades de todos os envolvidos; fortalecimento das estruturas sociais e culturais da vida comunitária e dos costumes e tradições; fortalecimento da percepção dos nativos/moradores no que se refere aos impactos positivos e negativos do desenvolvimento do turismo; participação dos moradores nos benefícios econômicos, sociais e culturais; condições favoráveis de disseminação de um turismo socialmente responsável na região.

11 "Não adiantava fazer um turismo de massa e se prejudicar, então a gente preferiu fazer um turismo socialmente responsável, feito pela própria comunidade. E ter essa caracterização diferente da Prainha." (DEPOIMENTO - Antônio Ayres, Coordenador de Turismo)

12 A Prainha tem população de 1100 habitantes, a taxa de mortalidade infantil é zero desde 1995 e nascem, em média, 28 crianças por ano.

projeto de Saúde Ambiental (1992-1998). Também houve palestras sobre questão da sexualidade.

A maioria das casas hoje é de alvenaria - a taipa foi substituída ao longo dos últimos dez anos. A Prainha não tem sistema de saneamento básico e o lençol freático está a menos de 3 metros da superfície. Dois projetos de caráter experimental de tratamento da água e de parte do esgoto estão em andamento: o SODIS (Solar Water Desinfection) e o uso de um vaso sanitário de compostagem.

Na horta comunitária da Escola, os moradores aprendem como transformar lixo orgânico em adubo natural e o cultivo com este insumo. Houve uma tentativa de implementar a coleta seletiva do lixo em parceria com a Prefeitura, mas o resultado não foi plenamente efetivo. O lixo que ainda se vê pelas ruas demonstra que este é um problema que ainda não foi plenamente resolvido com a população. Atualmente, o transporte comunitário (realizado pelo Toyota de propriedade da Associação) recolhe o lixo nas casas e o deposita na entrada do vilarejo, à beira da estrada, para o recolhimento do caminhão da Prefeitura.

As Regatas Ecológicas ocorrem anualmente e delas participam várias comunidades do litoral. Seus temas referem-se à preservação do ambiente costeiro (mar, dunas, lagoas, povoado). A IX Regata, realizada em 2002, teve como tema "Cultura dos Povos do Mar".

O que foi dito acima sobre os projetos do livro didático "Nossa Cultura" e da Escola dos Povos do Mar concerne também a esta dimensão. No Curso para Formação de Lideranças, os participantes discutem sobre os aspectos naturais e sociais do ambiente litorâneo para a gestão sustentável dos seus recursos. O processo educacional, da alfabetização ao nível médio, e de

capacitação baseiam-se na pedagogia construtivista que parte da realidade de vida para ensinar.

Dimensão espacial

Os moradores da Prainha não quiseram para sua comunidade a exploração turística dos grandes empreendimentos (loteamentos, hotéis, resorts, parques aquáticos...), que, conforme viram nas comunidades vizinhas, resultam na expulsão dos nativos, que não podem mais exercer o trabalho de pescadores e nem usufruir a beleza de seu lugar - do seu território.

Investindo numa outra possibilidade de utilizar seu espaço, mas valorizando sua terra e seu modo de vida, a Prainha do Canto Verde quer ser uma alternativa ao turismo de massa e massificante da indústria do turismo. A alternativa em questão é um turismo de pequena escala, organizado, administrado e operado pela própria comunidade, e inserido no cenário mundial turístico dentro de limites que a própria comunidade quer ver afirmados. Sua proposta representa uma opção para aqueles que procuram a tranquilidade de um povoado de pescadores, a natureza do litoral cearense, e que também são engajados na conservação do meio ambiente e interessados em conhecer a cultura e tradições dos jangadeiros e pescadores artesanais.

A situação ainda não resolvida da posse da terra prejudica o esforço de planejamento. Mas também aqui há inegável avanço: a sentença favorável do Tribunal de Justiça do Ceará, de 30 de abril 2001, a criação de um regulamento sobre o uso e ocupação da terra e o zoneamento ambiental da área ocupada pelos moradores. Igualmente, foi criado um regulamento de pesca para coibir a pesca predatória. E que não tem existência meramente formal, uma vez que está sendo

respeitado pelos pescadores locais. A pesca, base econômica da vida comunitária, tem papel decisivo no empenho por delimitar, circunscrever e coibir o crescimento desordenado do turismo.

Atualmente, esse regulamento determina que cada família tem direito a um lote de 12 x 25 m², calculado de forma que permita a construção de uma casa, um estabelecimento de comércio e um quarto para pesca. Diante de uma decisão judicial que ainda não é final, fazem-se necessárias restrições tanto no que diz respeito à venda de casas construídas como à realização de novas construções. Ninguém pode "vender" sua casa sem antes comunicar e justificar à Associação dos Moradores. Os nativos não têm título de propriedade de seus terrenos. Sua luta, em face da ação de usucapião impetrada pela Imobiliária, é pelo direito à posse, uma vez que a propriedade da área em questão é, presumivelmente, da União. Os próprios nativos se denominam posseiros. Essa venda, portanto, é informal, como se "transferisse" o suposto direito de posse, e refere-se, materialmente, ao pagamento pelas benfeitorias feitas no terreno.

Uma vez aceita a "venda", o comprador tanto pode ser um nativo da Prainha como um forasteiro. É a Associação dos Moradores que deve solicitar à Prefeitura a liberação do terreno para qualquer nova construção. Caso contrário, a obra poderá ser embargada. Esses regulativos são um foco de tensão, uma vez que mesmo tendo sido estabelecidos pela própria comunidade em suas assembléias, as proibições são sempre vistas como tolhendo a liberdade de partes interessadas que procuram burlá-las.

No processo de regularização das terras pelo INCRA, através do IDACE (Instituto de Desenvolvimento Agrário do CE), num primeiro momento, é dado título de posse, válido por 5 anos e que não permite a venda da terra. No caso de áreas não construídas,

cabe à Associação administrar. Durante esse 5 anos, o regulamento terá que ser revisto com base no zoneamento ambiental e a proposta da Reserva Extrativista Marinha decidida.

A comunidade da Prainha do Canto Verde mantém ativo intercâmbio com muitas comunidades do litoral do Ceará. São freqüentes as visitas de outras comunidades. E já está sendo implementado um projeto de ecoturismo comunitário semelhante em Ponta Grossa, praia próxima à Canoa Quebrada, no município de Icapuí, a 200 km de Fortaleza pela CE-040. Há também interesse de outras comunidades, como nos casos de Tatajuba (Camocim) e Balbino (Cascavel).

Dimensão histórico-cultural

Em 1998, professores e alunos da Escola Bom Jesus dos Navegantes, assessorados por técnicos do Instituto Terramar e do Núcleo de Estudos Ambientais do Ibama-CE, elaboraram a partir de uma proposta sócio-ambiental o livro didático "Nossa História" para as classes de alfabetização e 1ª série. O objetivo do projeto ¹³ era construir um material didático pensado a partir da realidade local e com base na história da comunidade que servisse como instrumento de um processo consciente de alfabetização. O livro apresenta para as crianças a vida numa comunidade como a Prainha do Canto Verde, seus saberes e práticas sociais através de temas como sua origem, seus ancestrais, a organização social, o meio ambiente e a pesca. Há também o projeto Escola dos Povos do Mar, que visa a valorização profissional do pescador.

Os artigos vendidos na Loja de Artesanato mostram aos turistas, além de produtos confeccionados com materiais e temas locais pelos cooperados artesãos, como o labirinto, um bordado típico, os projetos sociais e os movimentos pela terra e

¹³ Financiado pela Fundação Abrinq como consequência do projeto premiado "Criança Construindo".

pela pesca, que são temas de produtos (postais, camisas), das Regatas Ecológicas e de músicas do Coral das Crianças. A venda dos postais sobre o projeto "Criança Construindo" reverte para a biblioteca da Escola e a camisa em defesa do direito pela terra contribui para custear o processo judicial e as mobilizações.

O Coral é formado por um grupo de 30 a 35 crianças, de 7 a 12 anos. O Coral se apresenta nas festividades, como a Festa de São Pedro, nos eventos, como as Regatas Ecológicas, que reúnem as comunidades litorâneas vizinhas e visitantes, e nos seminários que acontecem na Prainha. Também já foi convidado a fazer apresentações em outras localidades. As crianças cantam músicas sobre preservação ambiental, o modo de vida e a história de sua comunidade. Há também o resgate de cantigas tradicionais, como as cirandas.

A temática dos seminários realizados se relacionam a geração de renda, planejamento participativo, turismo, pesca, direitos humanos, e outros afins à questão costeira. O caso da Prainha do Canto Verde tem sido tema de estudos acadêmicos de universidades brasileiras e estrangeiras, livros, matérias de televisão, jornal e revista e recebido visitas de profissionais do turismo do Brasil e do exterior. Os prêmios que recebeu inscrevem a Prainha do Canto Verde num grupo seleto de destinos turísticos alternativos.

O contato constante com esses turistas interessados em conhecer seu modo de vida e simpáticos a sua história, a sua luta e ao projeto de ecoturismo comunitário que desenvolvem motiva nos nativos a valorização de sua cultura e a consciência da sua história.

Dimensão politico-institucional

A marginalização das comunidades das políticas públicas de governo, no caso,

das políticas pesqueiras, que ignoram as necessidades e condições de desvantagem dos pescadores artesanais, e das políticas de desenvolvimento de turismo, cujos investimentos públicos apóiam e incentivam os mega-projetos e grandes empreendimentos (regra geral de capital estrangeiro) como solução para o desenvolvimento das comunidades, agravada pela convivência entre governantes, empresários e especuladores, tudo isso tem resultado em gerar uma baixa auto-estima dos nativos, enquanto atores sociais e uma degradação da organização política de suas comunidades.

A Prainha é reconhecida pelas outras comunidades da região como um raro caso de sucesso na disputa contra os especuladores. O Centro de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos (CDPDH) teve papel fundamental na trajetória de lutas da comunidade da Prainha do Canto Verde. Além da assessoria jurídica na contestação contra a Imobiliária pelo direito de posse da terra, também apoiou e orientou a comunidade alertando sobre a importância dela estar mobilizada e organizada para a luta. E contribuiu com a articulação dos comunitários quando da criação da Associação dos Moradores, ajudando na discussão dos projetos e iniciativas.

Quando René Schärer chegou, o Centro já trabalhava a capacidade organizativa da comunidade. René, executivo aposentado da aviação civil (Swissair), morador da Prainha do Canto Verde desde 1992, pode se valer de sua experiência profissional associada ao campo do turismo para contribuir com a viabilização dos primeiros projetos, apoiando os primórdios da discussão sobre o turismo comunitário. Antes de implantar o projeto de turismo era necessário resolver ou, pelo menos, encaminhar os principais problemas da

comunidade: pesca, terra, saúde, educação, auto-estima e capacidade de liderança. A conscientização, mobilização e organização necessárias para o encaminhamento dessas questões foram a base para o desenvolvimento do turismo. René arrecadou para a então Associação dos Amigos da Prainha do Canto Verde doações que financiaram os projetos sociais e os primeiros passos do projeto de turismo, articulou parcerias com organizações estrangeiras e brasileiras. Ele é co-fundador do Instituto Terramar, principal parceiro dos projetos da Prainha, e integra o Conselho de Turismo.

A Associação dos Moradores foi descentralizando suas atividades e criou conselhos para as áreas de educação, turismo e pesca. O primeiro a dar resultados foi o Conselho da Educação, que hoje é independente e está regularizado. O Conselho da Pesca não conseguiu ainda atingir o mesmo nível de organização dos outros dois.

A Diretoria da Associação é composta por 12 membros, sendo: presidente, vice, secretário, segundo secretário, tesoureiro e o vice tesoureiro e 6 conselhos fiscais, sendo 3 efetivos e suplentes. Somente os sócios (cerca de 400) estão habilitados a participar da eleição de seus membros. O mandato tem duração de dois anos.

O Conselho de Turismo e Artesanato desdobrou-se numa cooperativa (COOPECANTUR), com Estatuto, Regimento Interno e uma Diretoria eleita em janeiro de 2001, e que deverá ser legalizada depois de um período de prova de um a dois anos. A diretoria é composta de 5 membros: presidente, vice, diretor financeiro, secretário, conselheiro fiscal, assessor de relações com a comunidade¹⁴. O Coordenador de Turismo é responsável pela organização dos serviços turísticos e de assistência ao turista. Como a Cooperativa ainda não está

legalizada, os contratos de empréstimo do Fundo Rotativo são firmados pela Associação de Moradores como pessoa jurídica.

O Conselho de Turismo tem 80 membros e a Cooperativa conta com cerca de 40 cooperados, cadastrados como prestadores de serviços turísticos. Cada grupo de prestação de serviço tem o seu regimento interno e os grupos funcionam de forma autônoma, de acordo com o estatuto e o regimento interno. O planejamento e a operação do turismo na Prainha do Canto Verde está centralizado na Cooperativa, mas não se pode impedir que outros moradores, não cooperados, de forma independente, se estabeleçam. A Cooperativa procura orientar que a oferta de serviços turísticos deve acompanhar a necessidade de atender a demanda. No entanto, a fim de preservar a característica de um turismo de pequena escala, a capacidade turística deve ser limitada. Isso deverá ser rediscutido depois que a questão sobre a posse da terra for decidida e o novo regulamento de uso e ocupação do solo for debatido e aprovado.

Por um lado, a Cooperativa exerce controle da oferta através da liberação ou não dos empréstimos do Fundo Rotativo, dependendo da sua finalidade. Por outro lado, a pesca enquanto atividade econômica principal da comunidade, contém a expansão da atividade turística, assim como o fará a possibilidade de outras oportunidades de trabalho, principalmente para os jovens.

Os moradores que iniciaram o movimento pela terra não estão mais à sua frente, embora dele ainda participem. O próprio René também vem se afastando, assumindo uma postura mais predominantemente consultiva. Os jovens estão assumindo a organização da comunidade e sua gestão. A Prainha está vivendo uma fase de transição, onde a

¹⁴ Os diretores e o Coordenador de fato se dividem nas tarefas de organização, segurança, coleta do lixo, marketing, promoção de vendas, captação de negócios e relações com a comunidade e externas.

Associação e os Conselhos têm encontrado dificuldades em suas relações. A mobilização dos moradores e sua participação na Associação sempre foram muito motivadas em função da luta pela terra como interesse comum. É a partir dessa referência comum que as diversas outras questões que afetam a comunidade vieram a ser incluídas na discussão e os posicionamentos a elas relativos foram sendo pactuados no interior do movimento. Hoje, a questão da posse da terra está quase definitivamente resolvida de modo favorável aos anseios da comunidade. Isto cria um vazio a ser preenchido por outros projetos e anseios referidos ao bem comum da comunidade. E este é o âmago do atual momento de transição.

O atual presidente da Associação dos Moradores enumerou algumas dificuldades enfrentadas nesta nova fase: a comunicação com a comunidade, tanto para informá-la do que está sendo feito como para saber sua opinião, suas necessidades e expectativas; a elaboração de novos projetos e patrocinadores para custeá-los, e a necessidade de sensibilizar a comunidade para que ela identifique a si mesma como parte de todo esse processo e reconheça como seu legítimo interesse dele ativamente participar.

A Cooperativa também reconhece alguns obstáculos: o desrespeito ao regulamento por parte de alguns cooperados, que tentam com isso obter vantagens individuais e a falta de reconhecimento e apoio por parte dos órgãos de turismo do estado e federal (SETUR e EMBRATUR).

Em suma, o ecoturismo comunitário da Prainha do Canto Verde insere-se numa proposta de desenvolvimento integrado e sustentável, abrangendo as diversas dimensões da vida comunitária e da organização das atividades ligadas à

pesca, educação, saúde, meio ambiente e à questão fundiária. A atividade turística tem função subsidiária e complementar na economia da comunidade. E tem importante papel na conservação de seu ambiente cultural e natural. A pesca e a terra são os elementos 'identitários' de base da comunidade. O turismo aqui promovido caracteriza-se por ser desenvolvido pela comunidade, organizado, administrado e operado em base cooperativa pelos próprios moradores, e tem como atributo diferencial o declarado propósito de ser hoje (e permanecer sendo no futuro) de pequena escala. Sua gestão assenta-se no princípio da auto-regulação comunitária.

O turismo que queremos

O ecoturismo comunitário apoiou-se na capacidade organizativa ainda insipiente dos moradores mobilizados pela posse da terra. Isso propiciou o aprofundamento da discussão de carências e necessidades da comunidade nas áreas de saúde e educação, como condições de contorno da implementação das atividades turísticas desejáveis. A forma cooperativa de administração e operação da atividade turística foi concebida em consonância com a pretensão de assegurar esta capacidade organizativa.

O turismo não surgiu como a cartada mágica que solucionaria as dificuldades financeiras advindas do declínio da pesca. A comunidade não se deixou iludir com a falácia de que se aceitasse o loteamento para casas de veraneio ou a instalação de um grande hotel, teria fim a insegurança, em que por tantos anos viveu, quanto à posse da terra. O turismo tem para a comunidade um caráter subsidiário. Ele não vem para substituir a atividade essencial do modo de vida da comunidade. Pelo contrário, as práticas turísticas necessitam, para ser implementadas, de serem apoiadas sobre o

tecido social e o patrimônio relacional dessa comunidade de pescadores. A sustentabilidade da atividade turística de base comunitária deve ser entendida como um elemento de reforço da trama do tecido social e revigorante do patrimônio relacional.

O turismo ocupa um lugar complementar à pesca na economia da comunidade. No referencial individual, na maioria dos casos, a prestação de serviços turísticos é fonte de renda extra para as famílias que vivem da pesca. São muito poucos aqueles que vivem somente do turismo. A atividade turística se iniciou com aquelas famílias que puderam, com recursos próprios ou tomando empréstimo no Fundo Rotativo, construir quartos e pousadas. O Fundo Rotativo funciona como um instrumento de regulação da oferta turística. E algumas pessoas que não se beneficiam de atividade turística vêm a Cooperativa de Turismo e Artesanato como um privilégio de poucos. Mas o grau da crítica é inversamente proporcional ao resultado da pesca.

A Cooperativa tem o Fundo Social e de Educação, que visa beneficiar as famílias que não participam da atividade turística. É uma maneira de atuar contra a desigualdade. A destinação dos recursos deste Fundo deve ser discutida com a Associação dos Moradores. Contudo, é estrategicamente decisivo investir no futuro da pesca e em novas oportunidades de trabalho e de renda, para evitar que o turismo se transforme numa panacéia supostamente redentora.

Enquanto a posse da terra permanece uma questão judicial ainda em aberto, permanecem vigentes as restrições para venda e construção de casas. Mas é certo que há perspectiva de que, em breve, a questão esteja decidida favoravelmente à comunidade. No novo quadro jurídico-

institucional, será imperativo rever a regulamentação de uso e ocupação do solo. Nessa ocasião, certamente haverá interesses divergentes, mas deve ser também momento de pensar que, durante todos esses anos de luta, as pessoas dessa comunidade se reuniram numa união manifesta em torno do interesse comum da posse da terra. Garantido isso, qual será o futuro da organização dessa comunidade? Serão preservados seus vínculos e seu patrimônio relacional, ou, pelo contrário, serão eles enfraquecidos?

A gestão auto-regulativa é um atributo crítico, que exige a constituição de um espaço de negociação adequado e lideranças capazes de mobilizar os moradores a participar, para que as decisões tomadas no âmbito do Conselho de Turismo e da Associação dos Moradores tenham legitimidade enquanto decisões comunitárias. Confirmar reiteradamente o turismo que queremos não tem a conotação de inércia, de uma forma estabelecida rígida, incapaz de adaptações e flexibilidades. Fundamental é sim que a forma vigente possa ser sempre expressão de um desejo da comunidade. E que o convencimento e o consenso pertinentes à negociação se façam na base do "consentimento" e da responsabilidade para com o sentido de comunidade.